

19 FEV 2013

Protocolo: 002/13
Processo: 002/13



Veto Total nº 075/13

Em

AO EXPEDIENTE

19 DEZ 2012

Presidente

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

19 FEV 2013



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 299 , DE 19 DE DEZEMBRO

DE 2012.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Determina a obrigação da colocação de placas informativas no interior de todos os meios de transportes coletivos que atuam no Estado de Rondônia e dá outras providências” (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 352/2012-ALE, de 29 de novembro de 2012.

Trata-se de iniciativa parlamentar com o intuito de determinar a obrigatoriedade de colocação de placas informativas no interior de todos os meios de transportes coletivos do Estado de Rondônia. Para a compreensão plena das implicações jurídicas advindas da proposta legislativa em tela, necessária se faz a exposição das regras constantes na Constituição Federal sobre a repartição de competência dos entes federados, o que, *a priori*, denota a inconstitucionalidade total do aludido Projeto de Lei.

Voltando-se para os termos da Constituição Federal, infere-se que compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes da política nacional de transportes, bem como sobre o trânsito e transporte, conforme disposição expressa do artigo 22, incisos IX e XI.

De igual modo, nos termos do artigo 30 da Constituição Federal, aos Municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; e ainda, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, este último de vital interesse para a presente Mensagem de Veto Total, uma vez que corresponde ao objeto principal da proposta legislativa em análise.

Restou, portanto, aos Estados-membros legislar sobre as matérias que não lhes foram vedadas pela Constituição e não estiverem entre as competências da União ou dos Municípios. Desse modo, tratando-se de transporte de pessoas, em razão da competência residual, cabe ao Estado legislar tão somente sobre o transporte intermunicipal.

Na hipótese em comento, denota-se, claramente, que o texto legal aprovado pela Egrégia Assembleia Legislativa é amplo e irrestrito, do que se pressupõe sua abrangência em todo o Estado, inclusive no que diz respeito ao transporte urbano e rural, e não apenas ao intermunicipal: “Fica obrigatória a colocação de aviso ou cartaz informativo, em forma de placa metálica, ou adesivos no interior dos meios de transportes coletivos que trafegam no Estado de Rondônia [...]” (grifo nosso).

A Constituição Federal, no molde defendido alhures, no que tange à repartição de competência entre os entes federados, assevera que a competência para organizar serviços públicos de interesse local é municipal, entre os quais o de transporte coletivo. Assim, logo se observa que o Projeto de Lei referenciado nesta Mensagem de Veto Total, avança sobre competência legislativa local.

Há, desse modo, flagrante inconstitucionalidade no que atine à competência para legislar sobre a

matéria.



19 DEZ 2012

Servidor(nome legível)

Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Traz-se à baila, oportunamente, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da competência dos entes federados naquilo que se refere ao transporte coletivo, tornando clarividente os argumentos expostos acima, *in verbis*:

Os Estados-membros são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal. [...] A prestação de transporte urbano, consubstanciando serviço público de interesse local, é matéria albergada pela competência legislativa dos Municípios, não cabendo aos Estados-membros dispor a seu respeito. (ADI 2.349, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 31-8-2005, Plenário, DJ de 14-10-2005.) No mesmo sentido: ADI 845, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 22-11-2007, Plenário, DJE de 7-3-2008; RE 549.549-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 25-11-2008, Segunda Turma, DJE de 19-12-2008.

Infere-se que o Estado é competente para regulamentar o transporte intermunicipal coletivo e complementar, e os Municípios o transporte coletivo municipal, incluindo os de caráter complementar. Caso desobedecidos esses preceitos, como no presente projeto, há inevitável e latente violação à autonomia municipal e ao pacto federativo dos entes federados.

Logo, é de responsabilidade do Município a organização e prestação, diretamente ou por concessão ou permissão, os serviços de transporte público, uma vez que são de caráter essencial.

A edição de norma, seja constitucional ou legal, que vai de encontro à autonomia dos entes federados outorgada pela Constituição Federal, tem consequências jurídicas insanáveis.

O Supremo Tribunal Federal tem advertido que as diretrizes inscritas na Constituição da República que regem, em seus aspectos essenciais, o processo de formação das leis impõem-se à compulsória observância dos Estados-Membros da Federação, inclusive no que se refere à cláusula de iniciativa, consideradas as hipóteses taxativas consubstanciadas no artigo 61, da Carta Política (RTJ 174/75, RTJ 178/621, RTJ 185/408-409, ADI 1.060-MC/RS, ADI 1.729-MC/RN).

Ante o exposto, e analisando o texto do Projeto de Lei contestado, outra medida não cabe a esta Digna Casa Legislativa, senão reconhecer que o mesmo trata de matéria de competência dos Municípios.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador